



1ª PARTE



Paschoal Lemme

(Rio de Janeiro-RJ, 1904 – Rio de Janeiro-RJ, 1997)

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira *

Introdução

Não é problema fácil estabelecer-se marcos significativos para delimitar os vários períodos em que se pretende dividir a história da humanidade. Todas as divisões adotadas têm provocado controvérsias.

Geralmente, utiliza-se a própria sucessão dos séculos, tendo como ponto de partida o nascimento de Cristo, considerado o acontecimento mais importante, ao menos para o chamado mundo ocidental e cristão. Numeram-se, então, os séculos, antes e depois desse evento.

A história da humanidade é, porém, um processo contínuo e, nem sempre, o início dos séculos caracteriza-se por acontecimentos decisivos.

Assim, por exemplo, muitos historiadores têm colocado o princípio do século 20 no ano de 1904, no qual verificou-se um fato da maior importância que deveria influir profundamente no curso posterior do processo histórico.

* Publicado originalmente na RBEF v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984.



Nesse ano, a França e a Inglaterra, as duas nações mais desenvolvidas da época e tradicionais inimigas, numa reviravolta histórica, firmaram um pacto – a *Entente cordiale* – com o qual, em aliança com o Império Russo, prepararam-se para enfrentar a Alemanha de Bismarck, aliada ao Império Austro-Húngaro.

O mundo vivia então na terceira etapa do regime capitalista – a fase denominada *imperialista* –, e tratava-se de realizar uma nova partilha do mundo conhecido da época, em busca de matérias-primas para alimentar e desenvolver os parques industriais daqueles dois países, em grande expansão, e de mercados para a venda dos respectivos produtos, ameaçados pela concorrência da Alemanha em ascensão.

Como se sabe, o choque produziu-se violento entre esses dois blocos, resultando na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ao término desse primeiro grande conflito mundial, um novo mapa tinha sido traçado para o mundo e o chamado *Ancien Régime* e a *Belle Époque*, definitivamente sepultados. E mais do que isso, a Revolução Russa de 1917 vinha acenar com novos caminhos para a humanidade, com o surgimento de um novo regime econômico, político e social – o chamado *socialismo* – que se deveria opor ao até então estabelecido regime *capitalista*.

Pela importância desses acontecimentos históricos e por suas conseqüências é que há historiadores que consideram também como marcos iniciais do século 20 o fim da guerra de 1914-1918 ou ainda a vitória da Revolução Russa, em 1917.

Panorama do Brasil nesse período

No último terço do século 19, o Brasil passou por significativas transformações econômicas, políticas e sociais, resultantes, principalmente, do impacto produzido pela Guerra do Paraguai (1865-1870), da abolição

da escravidão negra (1888) e, por fim, com a queda do Império e o advento da República (1889).

A gradativa influência das Forças Armadas na vida política do País, as transformações econômicas e sociais verificadas no campo e nas cidades, o crescimento da população, a intensificação do processo de urbanização e industrialização foram as modificações mais importantes ocorridas nesse período histórico. E todas essas transformações aceleraram-se profundamente com a ocorrência da Primeira Grande Guerra Mundial.

O Brasil, formalmente independente desde 1822, era contudo dependente economicamente, principalmente da Inglaterra, já desde a “abertura dos portos às nações amigas”, em 1808, na qual esse país recebeu o privilégio de tarifas preferenciais para nos vender seus produtos. A Inglaterra era, a esse tempo, o país mais desenvolvido industrialmente e dele recebíamos quase tudo em troca de nossa produção agrícola, principalmente do café, de que chegamos a ser o maior produtor mundial. (Entre 1900 e 1914 o Brasil produziu quase 76% de toda a produção mundial de café.)

Conforme diz Peter Evans em seu livro *A tríplice aliança – as multinacionais, as estatais e o capital nacional – no desenvolvimento dependente brasileiro* (Rio de Janeiro, Zahar, 1982):

Em fins do século 19, o Brasil começava a fazer sua própria farinha de trigo ou seu toucinho; tudo o que era manufatura vinha, provavelmente, das fábricas da Grã-Bretanha, e era paga com os rendimentos da agricultura. Não há melhor maneira de compreender a estrutura da dependência clássica do que examinando as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha antes da Primeira Guerra Mundial (p. 59).

Nossa agricultura, fonte de quase todos os nossos recursos era, porém, atrasada, e nossa indústria mal ensaiava os primeiros passos. A abolição da escravidão negra e a



substituição gradativa do trabalho escravo pela mão-de-obra do imigrante estrangeiro, provindo especialmente do sul da Europa, intensificou nossa produção agrária. Mas a crise econômica mundial, ocorrida no último terço do século 19, atingiu-a duramente, ocasionando o abandono dos campos pelas cidades, ampliando-as e estimulando o processo de industrialização pela transferência de capitais acumulados na agricultura, pela penetração do capital estrangeiro e pelo conseqüente crescimento e melhoria da rede de transportes, notadamente ferroviário.

Conforme escreve Herci Maria Rebelo Pessamílio, no estudo intitulado “A dinâmica social do café”, incluído na publicação *O café no Brasil* (Ministério da Indústria e do Comércio. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1978):

Além do café, foi a indústria a nova voz que se ergueu pedindo mão-de-obra mais qualificada, impossível de recrutar entre os escravos de baixo nível cultural que viviam nas lavouras. Os de mais elevado nível cultural tiveram sua entrada barrada por ocasião da proibição do tráfico nas zonas situadas ao norte do Equador, pelo acordo entre Portugal e a Inglaterra, em 1815. Portanto era preciso, com urgência, conseguir trabalhadores assalariados, que ofereciam menor risco de perda que o capital investido no escravo. Para a expansão do processo de industrialização, urgia acelerar a libertação dos escravos e facilitar assim a vinda de imigrantes. Vemos assim um dos pontos em comum entre o grupo cafeicultor, que necessitava de braços, e o grupo de industriais, que necessitava dinamizar um mercado interno (p. 15).

Com a eclosão da guerra de 1914-1918, todo esse processo acelerou-se ainda mais, pois o País, impedido de receber os produtos estrangeiros manufaturados, foi obrigado a expandir e diversificar sua indústria e, portanto, a urbanização.

Terminada a guerra, passou o Brasil a receber novos contingentes de imigrantes,

por causa do desemprego e da desorganização da economia européia. Nessas novas correntes imigratórias vinham operários de nível profissional e cultural mais elevado, inclusive partidários de idéias sociais avançadas, especialmente anarquistas italianos, que muito influenciaram a formação ideológica de nossa até então incipiente classe operária.

Segundo dados colhidos no estudo citado por Herci Maria Rebelo Pessamílio (p. 14), dos anos de 1891 a 1900 entraram no Brasil 1.129.315 imigrantes; de 1901 a 1910, 631.000; e de 1911 a 1920, 707.704. E, segundo Edgard Carone (in: *A República Velha; I. Instituições e classes sociais*, p. 13), citado por Herci Maria Rebelo Pessamílio em nota de pé de página (p. 14):

Os imigrantes são preferencialmente italianos, portugueses, espanhóis, alemães, russos, sírios. A predominância dos italianos na mão-de-obra agrícola (também no setor industrial) é total. Calcula-se, em 1908, que 7/10 dos trabalhadores do café são italianos; o resto distribui-se entre portugueses e espanhóis.

A educação, o ensino e a cultura nesse período

O Brasil era então um país de analfabetos. Para não repetir estatísticas secas, que estão à disposição, em publicações oficiais, para quem as queira utilizar, alinharemos apenas uma citação colhida no belo trabalho de Nicolau Sevcenko, intitulado: *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (São Paulo, Brasiliense, 1983):

Em artigo publicado em 1900, José Veríssimo exporia abertamente a chaga da cultura erudita brasileira, respaldando-a num panorama bem mais amplo e concreto. À parte os problemas políticos, seus óbices fundamentais repousavam sobre a própria estrutura social da Nação, repercutindo na área da cultura.



[...]

O número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em 100 brasileiros ou habitantes do Brasil. Difícil será, entre os países presumidos de civilizados, encontrar tão alta proporção de iletrados. Assentado esse fato, verifica-se logo que à literatura aqui falta a condição da cultura geral, ainda rudimentar e, igualmente, o leitor e consumidor dos seus produtos (p. 88).

As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram freqüentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato. Muitos desses colégios adquiriram grande notoriedade.

Em todo o vasto interior do País havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem qualquer formação profissional, que atendiam às populações dispersas em imensas áreas: eram as substitutas das antigas *aulas*, instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, em 1763.

As classes intelectuais viviam fascinadas pela cultura francesa e, na literatura, continuávamos submetidos aos modelos portugueses.

Ao terminar a Primeira Grande Guerra Mundial toda essa nossa precária estrutura de educação, ensino e cultura entrou num processo de transformação acelerado.

O desenvolvimento e a diversificação da indústria traziam como conseqüência natural a necessidade de uma melhor preparação de mão-de-obra, com reflexos na quantidade de escolas e na qualidade do ensino. A chegada de grandes contingentes de imigrantes estrangeiros, como vimos, portadores de uma educação mais

aprimorada, elementar, profissional, e mesmo de nível secundário, passou a pressionar nossa precária estrutura de ensino, no sentido de sua melhoria. De outro lado, as relações sociais propiciadas pela intensificação da urbanização e a criação de novas categorias de empregados, no comércio, de escritório e de funcionários públicos, agiram no mesmo sentido da exigência de um ensino mais eficiente, não somente em relação ao 1º grau, mas também no tocante ao 2º grau, de caráter geral e profissional.

O movimento de modernização da educação e do ensino

Essas transformações econômicas, políticas e sociais que vinham em gestação, desde os fins do século 19 e, mais precisamente, com o advento da República, começaram a se manifestar com maior intensidade a partir dos anos 20.

Em 1922, a mocidade militar, especialmente do Exército, o setor mais numeroso e atuante das forças armadas, rebela-se contra o predomínio das oligarquias agrárias que dominavam a política do País, com o chamado “coronelismo”, o “capanguismo”, o “voto de cabresto”, as eleições “a bico-de-pena”, as atas falsas, o manipulado “reconhecimento de poderes”, uma justiça tarda e tendenciosa, e outras muitas manifestações de atraso em que vivia o País.

O levante militar de 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, e que resultou na chamada “Epopéia dos 18 do Forte”, foi a primeira manifestação dramática desse protesto. Em 1924, o segundo “5 de Julho”, em São Paulo, dá prosseguimento a esse inconformismo de nossa mocidade militar, que teve seqüência na chamada “Coluna Prestes”, que percorreu 24 mil quilômetros do território nacional, sempre perseguida por forças governamentais superiores. Esse movimento somente veio a cessar, em 1927, com a internação dos remanescentes da Coluna na Bolívia, já depois da posse do novo



presidente da República, Washington Luís, em novembro de 1926. Essa reação da sociedade, especialmente militar, passou à história com a denominação geral de “tenentismo” e foi fator importante para o desencadeamento da Revolução de 1930.

Por essa mesma época, os meios culturais brasileiros eram também abalados por acontecimentos muito importantes e que se concretizaram especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo com a chamada “Semana de Arte Moderna”. Influenciada a princípio pelas novas correntes que se formaram na Europa do após-guerra, nos campos das artes plásticas, na literatura e na música, conhecidas como o surrealismo, o futurismo, o dadaísmo, etc., adquiriu entre nós um poderoso caráter nacionalista que pregava nosso rompimento com os modelos europeus que então dominavam nossas manifestações artísticas. Impelia-nos, além disso, a nos voltar para as coisas de nosso País, para as características de nossa terra e de nossa gente, nossos costumes e realidades, que até então desprezávamos e desconhecíamos completamente. O precursor dessa tomada de posição por nossas classes intelectuais é, com toda a justiça, considerado Euclides da Cunha, com o aparecimento do seu monumental *Os sertões*, em 1902.

Euclides da Cunha e também Lima Barreto, diz Nicolau Sevcenko (op. cit., p. 122-123), revelaram em suas obras:

O mesmo empenho em forçar as elites a executar um meio giro sobre seus próprios pés e voltar o seu olhar do Atlântico para o interior da Nação, quer seja para o sertão, para o subúrbio ou para o seu semelhante nativo, mas de qualquer forma para o Brasil e não para a Europa.

Essa ânsia de transformações que agitava o País, não podia deixar de repercutir intensamente nos setores de educação e do ensino, ou seja, da transmissão da cultura. Os educadores brasileiros, por seus elementos mais progressistas, em breve, estavam também engajados na crítica à nossa precária

“organização” escolar e aos nossos atrasados métodos e processos de ensino. E como resultado dessas preocupações, abriu-se o ciclo das reformas de educação e ensino.

As idéias e diretrizes que procuravam concretizar-se nas realizações dessas reformas, evidentemente, não surgiram por geração espontânea na cabeça dos educadores. Elas eram impulsionadas, de um lado, pelas condições objetivas caracterizadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais que delineamos anteriormente. De outro lado, começaram a chegar até nós, da Europa do pós-guerra, um conjunto de idéias que pregavam a renovação de métodos e processos de ensino, ainda dominados pelo regime de coerção da velha pedagogia jesuítica. Esse movimento de renovação escolar, que passou a ser conhecido como o da “Escola Nova” ou “Escola Ativa”, baseava-se nos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, o respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando o “interesse” como o principal motor de aprendizagem. Era o que John Dewey, considerado o maior filósofo e educador norte-americano, pregava como uma verdadeira revolução – “a revolução copernicana” – em que o centro da educação e da atividade escolar passava a ser a criança, com suas características próprias e seus interesses e não mais a vontade imposta do educador. Havia, além disso, após a catástrofe de 1914-1918, uma aspiração generalizada de que, através dessa educação assim renovada, pudesse se conseguir a formação de um homem novo, que passaria a encarar a convivência entre os povos, em termos de entendimento fraternal, que conduziria a humanidade a uma era de paz duradoura, em que os conflitos sangrentos fossem definitivamente banidos e substituídos pelos debates e resoluções de assembléias em que estivessem representados todos os povos.

E se essas aspirações não se concretizaram, não se deve debitar aos educadores o fracasso...

O ciclo de reformas de educação e ensino

Já em 1909, Antônio Carneiro Leão, um intelectual pernambucano, que pode ser considerado como um pioneiro, publicava um livrinho – *Educação*, em que pregava essas idéias de renovação escolar; de 1912 a 1919 percorreu o País, de norte a sul, fazendo conferências de propaganda da educação popular; em 1917, publica *O Brasil e a educação* e *Pela educação profissional*; em 1919, *Pela educação*; e, por fim, em 1923, *Os deveres das novas gerações brasileiras*.

Em 1920, Sampaio Dória realiza, no Estado de São Paulo, o que pode ser considerada como a primeira dessas reformas regionais de ensino. Nos anos de 1922-1923, Lourenço Filho, educador de São Paulo, é chamado pelo Estado do Ceará, para realizar a segunda dessas reformas. Na Bahia, em 1924, é a vez de Anísio Teixeira, depois de fazer, nos Estados Unidos da América do Norte, cursos de educação, na Universidade de Colúmbia, onde foi aluno de John Dewey. José Augusto Bezerra de Menezes, no Estado do Rio Grande do Norte, nos anos de 1925-1928, dá continuidade a esse movimento. Antônio Carneiro Leão, em 1922-1926, no antigo Distrito Federal e, posteriormente, em 1928, no Estado de Pernambuco dá prosseguimento a esse esforço de modernização do ensino público. A vez do Estado do Paraná chega, nos anos de 1927-1928, com Lisímaco Costa. E nesses mesmos anos, Francisco Campos empreende, em Minas Gerais, a renovação do ensino público, criando em Belo Horizonte, a Escola de Aperfeiçoamento para professores diplomados pelas escolas normais comuns. Para a organização desse estabelecimento, fez vir da Europa uma missão de notáveis educadores, chefiada por Edouard Claparède, o grande psicólogo suíço. Entre os membros dessa missão contava-se Helena Antipoff, assistente de Claparède, e que, posteriormente, radicou-se no Brasil, realizando importante trabalho no setor de

Psicologia e da educação de crianças excepcionais e deixando entre nós grande número de discípulos.

Mas a mais importante e profunda dessas reformas foi, sem dúvida, a realizada no antigo Distrito Federal, então Capital da República, durante os anos de 1927-1930, liderada por Fernando de Azevedo. Dela resultou a elaboração de um verdadeiro código moderno de educação, o que se verificava pela primeira vez no Brasil. Essa legislação foi aprovada pelo Decreto nº 3.281, de 23 de janeiro de 1928, e complementada por um regulamento que constava de 764 artigos, baixada pelo Decreto nº 2.940, de 22 de novembro de 1928. Essas datas incorporaram-se definitivamente à história da educação, como marcos notáveis do movimento de modernização da educação e do ensino no Brasil. E, com toda a justiça, essa realização passou a ser conhecida como “Reforma Fernando de Azevedo”. Sobre ela, entre outros, escreveu o eminente pensador uruguaio, doutor Manuel Bernardes:

Parecia impossível. Mas era assim. O Rio de Janeiro realizava, num arranco formidável, mas não por surpresa e às cegas, senão num arranco refletido, medido, deliberado, metódico, integral, o que nenhuma capital do mundo pôde ainda realizar, nem mesmo Bruxelas, onde quase todos os professores e mestre-escolas estão convencidos de que a “escola ativa”, a nova forma científica e humana de ministrar a instrução se impõe a todos os espíritos cultos, mas onde a escola congregacionista, que açambarca mais da metade da infância escolar, opõe uma barreira espessa ao avanço do ideal contemporâneo. O Rio de Janeiro, que há trinta anos fez quase uma revolução e queimou bondes nas ruas para se opor à vacina obrigatória, acaba de se situar, nesta matéria transcendental da instrução pública, à frente de todas as capitais do mundo civilizado.

E Adolphe Ferrière, considerado um dos pioneiros europeus dessa “escola nova”, escrevia na revista *Pour l'Ère Nouvelle*, órgão



oficial da Liga Internacional para a Educação Nova (n. 67, abr. 1931, ano 10):

Quelle surprise de rencontrer au Brésil une des formes les plus complètes de l'éducation nouvelle. Hier encore, c'était au point de vue pédagogique un des pays les plus arriérés du monde. Aujourd'hui – précision: depuis la loi scolaire du District Fédéral de Rio de Janeiro de 1928 – il rivalise avec le Chili et le Mexique, en Amérique, avec Vienne, en Europe, avec Turquie, en Asie.

A Reforma Fernando de Azevedo incentivou também o aparecimento de toda uma literatura especializada, antes escassa ou mesmo inexistente, de autores brasileiros ou estrangeiros, dos mais conceituados. Assim, o próprio Fernando de Azevedo reunia em volume os trabalhos que publicou durante a elaboração da Reforma, dando-lhe o título sugestivo de *Novos caminhos e novos fins* e o subtítulo esclarecedor de “A nova política da educação no Brasil”. De Jônatas Serrano tivemos *A Escola Nova*, em que, de acordo com sua filosofia católica de vida, expõe os princípios dessa nova corrente da pedagogia. Um pouco mais tarde, entre muitos outros trabalhos de valor, apareceram: *Técnica de pedagogia moderna*, de Everardo Backheuser; *A educação e seu aparelhamento moderno*, de Francisco Venâncio Filho; e ainda *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho, obra considerada como um verdadeiro marco na divulgação de todas as correntes renovadoras da educação que nos chegavam da Europa e dos Estados Unidos e também sobre as realizações brasileiras na matéria.

Muitas revistas especializadas começaram também a ser publicadas com os mesmos objetivos. A própria Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal lançou o *Boletim da Instrução Pública*, repertório e registro de todas as iniciativas da Reforma que se realizava na Capital e em outras regiões do País e também no estrangeiro.

Os nomes das mais eminentes figuras de educadores que lideravam esse movimento da chamada *Escola Nova*, em vários países do mundo, e que inspiravam os educadores brasileiros, passaram a se tornar familiares entre nós, por suas obras, que aqui chegavam e eram ou não traduzidas, ou também em revistas especializadas tais como: Claparède, Binet, Simon, Decroly, Ferrière, Montessori, Durkheim, Kerschenstein, Dewey, Kilpatrick, Wallon, Piéron, Thorndike, e até mesmo, Lunatshartky, o primeiro ministro da Instrução Pública da União Soviética, após a Revolução de 1917.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), onde se congregaram os educadores brasileiros mais eminentes e atuantes, desde sua fundação, em 1924, assumiu a liderança de todos esses movimentos de renovação da educação e do ensino no País, apoiando-os e promovendo a realização de palestras, debates, cursos e conferências, convocando para isso autoridades e especialistas, nacionais e estrangeiros. E, a partir de 1927, iniciou a série de conferências nacionais, em várias das capitais dos estados brasileiros, onde eram debatidos os mais importantes problemas referentes à educação, ao ensino e à cultura do País. As atividades promovidas pela ABE foram de tal importância que se pode afirmar, sem exagero, que ninguém conseguirá escrever a história da educação do Brasil sem compulsar, pelo menos, as atas dessa agremiação e os anais das referidas conferências nacionais de educação.

Conforme se verifica pelo que expusemos até aqui, essas reformas de educação e ensino restringiram-se às áreas dos vários estados da federação. O governo federal quase nada realizava, a não ser algumas reformas no âmbito dos ensinos superior e secundário, preso que estava à letra do artigo 35 da Constituição de 1891, que limitava a ação do Poder Central apenas a esses dois graus do ensino. Todas as outras modalidades (pré-primário, primário, normal, profissional, etc.) estavam entregues às Unidades



Federadas. Essa situação só veio a se modificar após a Revolução de 1930, quando se deu uma maior concentração de poderes no governo federal, pela diminuição da influência das oligarquias locais, que antes comandavam todos os aspectos da política nacional.

A Revolução de 1930 e a educação

Evidentemente, não cabem aqui referências pormenorizadas às causas gerais e particulares e às variadas conseqüências do complexo e importante evento, de caráter econômico, político e social que passou a figurar na história brasileira com a denominação de “Revolução de 1930”. Nosso objetivo é muito mais restrito e assim somente abordaremos os aspectos que dizem respeito ao presente estudo, ou seja, os que se referem aos problemas de educação e ensino.

Entretanto, como ponto de partida para as considerações que faremos em seguida, julgamos útil transcrever aqui, como uma espécie de definição das características gerais desse importante acontecimento histórico, o seguinte trecho que encontramos no trabalho do sociólogo Octávio Ianni, intitulado *O colapso do populismo no Brasil* (2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971):

É no século 20 que o povo brasileiro aparece como categoria política fundamental. Em particular é depois da Primeira Guerra Mundial – e em escala crescente, a seguir – que os setores médios e proletários, urbanos e rurais, começam a contar mais abertamente como categoria política. Por isso, pode verificar-se que a revolução brasileira, em curso neste século, é um processo que compreende a luta por uma participação cada vez maior da população nacional no debate e nas decisões políticas e econômicas. O florescimento da cultura nacional, ocorrido em especial nas décadas de vinte e

cinquenta, indica a criação de novas modalidades de consciência nacional. Nesse quadro é que se inserem os golpes, as revoluções e os movimentos que assinalam os fluxos e os refluxos na vida política nacional. Mas, esses acontecimentos não são apenas políticos, nem estritamente internos. Eles são, em geral, manifestações de relações, tensões e conflitos, que os setores novos ou nascentes no País estabelecem com a sociedade brasileira tradicional e com as nações mais poderosas com as quais o Brasil está em intercâmbio. Por essas razões, devemos tomar sempre em consideração que os golpes armados ocorridos no Brasil, desde a Primeira Guerra Mundial, devem ser encarados como manifestações de rompimentos político-econômicos, ao mesmo tempo interno e externos. Às vezes, essas relações não são imediatamente visíveis, isto é, não podem ser comprovadas empiricamente, de modo direto. Mas, geralmente, elas guardam vinculações estruturais verificáveis no plano histórico. Em última instância, esses rompimentos são manifestações de rupturas político-econômicas que marcam o ingresso do Brasil na era da civilização urbano-industrial (p. 13-4).

Vitoriosa a Revolução de 1930, em 24 de outubro desse ano, com o fato inédito da deposição do presidente da República, encerrava-se o ciclo da Primeira República ou República “Velha” e a vigência da 1ª Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891. Com a posse a 3 de novembro, ainda de 1930, de Getúlio Vargas, como chefe de um Governo Revolucionário Provisório, iniciava-se a Segunda República ou República “Nova”.

Cedendo às influências de todo aquele movimento de renovação da educação e do ensino, que, como vimos, desde a década de 20, levava várias das Unidades Federadas a empreender reformas nesse setor, o Governo Revolucionário, pelo Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, cria o Ministério da Educação e Saúde, antiga reivindicação dos educadores brasileiros. Para ministro foi nomeado Francisco Campos, elemento ligado às idéias e às realizações do



movimento de modernização do ensino, conforme assinalamos anteriormente. No ano seguinte, 1931, o novo ministro prepara e submete ao chefe do governo três importantes decretos, que são sancionados na mesma data de 11 de abril: o de nº 19.850, criando o Conselho Nacional de Educação, como “órgão consultivo do Ministro da Educação e Saúde nos assuntos relativos ao ensino”; o de nº 19.851, “que instituía o Estatuto das Universidades Brasileiras”; e o de nº 19.852, que dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Em 18 de abril de 1931, pelo Decreto nº 19.890, é totalmente reorganizado o ensino secundário, em moldes modernos, terminando assim o antigo regime dos “exames parcelados” ou dos “preparatórios”. Era essa também uma das reivindicações mais insistentes dos reformadores do ensino brasileiro. Por fim, pelo decreto de 30 de junho, ainda de 1931, é alterado o plano do ensino comercial e criado o curso superior de administração e finanças.

Mas, essas providências do Governo Revolucionário, apesar de muito importantes, podiam ser consideradas como fragmentárias e mantinham o mesmo critério anterior do governo federal continuar alheio aos problemas do ensino popular, de 1º e 2º graus, tal como acontecia na vigência da Constituição de 1891.

Em face dessa situação, os educadores mais atuantes, congregados na Associação Brasileira de Educação, resolveram convocar uma de suas conferências nacionais, para, de certa forma, pressionar o governo federal, e levá-lo a adotar uma posição mais afirmativa e abrangente em relação aos problemas globais de educação e ensino, definindo uma *verdadeira política nacional* para esse setor, como já vinha fazendo em alguns outros.

Essa conferência nacional foi a quarta, convocada pela Associação Brasileira de Educação, e realizou-se no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931, tendo como tema geral: *As grandes diretrizes da educação*

popular. O chefe do Governo Revolucionário Provisório – Getúlio Vargas – , especialmente convidado, instalou os trabalhos da conferência e, em memorável discurso, disse aos educadores presentes que os considerava convocados para encontrarem uma “fórmula feliz” com a qual fosse definido o que ele denominou de “o sentido pedagógico” da Revolução de 1930, que o Governo se comprometia a adotar na obra em que estava empenhado de reconstrução do País.

Dessa conferência e dessas afirmações do chefe do governo resultaram duas iniciativas muito importantes: uma, direta e imediata, que consistiu na assinatura de um Convênio Estatístico entre o governo federal e os estados para adotar normas de padronização e aperfeiçoamento, das estatísticas de ensino, em todo o País, até então reconhecidamente muito precárias, o que dificultava a elaboração de estudos e pesquisas mais sérios e profundos sobre a situação da educação e do ensino no País.

A outra iniciativa da Conferência seria a elaboração de um documento em que os mais representativos educadores brasileiros, atendendo à solicitação do chefe do Governo Revolucionário, procurariam traçar as diretrizes de uma verdadeira política nacional de educação e ensino, abrangendo todos os seus aspectos, modalidades e níveis. Houve então sérias divergências entre os participantes da Conferência, o que redundou até na retirada do grupo dos educadores católicos, que discordaram das primeiras redações do documento, em aspectos fundamentais, tais como prioridade outorgada ao Estado para a manutenção do ensino, ensino leigo, escola única, coeducação dos sexos, etc. Afinal, o documento foi concluído e aprovado pelo plenário da Conferência e divulgado pela imprensa não especializada, em março de 1932. Trazia como título principal o de *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, era dirigido “Ao Povo e ao Governo” e onde se propunha “A reconstrução educacional no Brasil”. Seu redator principal foi Fernando de Azevedo.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

O *Manifesto dos Pioneiros* tornou-se, indiscutivelmente, um documento histórico, não somente pelo seu caráter abrangente, como dissemos, na definição de uma política nacional de educação e ensino, mas também porque foi único no gênero em toda a história da educação no Brasil.

O documento dos educadores brasileiros estava perfeitamente dentro do contexto daquelas aspirações que, desde a década de 20, como vimos, procuravam imprimir aos problemas da educação e ensino uma orientação mais de acordo com as correntes renovadoras nessa matéria e as necessidades do País, que se ia transformando. Basta atentar para o fato de que o redator do documento, como dissemos, foi Fernando de Azevedo, líder da mais profunda das reformas que se realizaram, nesse setor, no País; e entre os vinte e cinco signatários restantes figuram os nomes de outros tantos educadores, cientistas e intelectuais, diretamente ligados ao movimento de modernização da educação, do ensino e da cultura no Brasil. São eles: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Roquete-Pinto, Sampaio Dória, Almeida Júnior, Mario Casassanta, Atílio Vivaqua, Francisco Venâncio Filho, Edgar Sússekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Cecília Meireles, entre outros.

Mas, sua elaboração e lançamento só se tornou possível em vista do ambiente e das expectativas que a Revolução de 1930 criou para o Brasil e para o povo brasileiro.

Numa análise mesmo superficial do documento, é possível, desde logo, destacar, em sua orientação e finalidades, algumas características fundamentais:

1. O documento é permeado por uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, com o respeito à personalidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, sem esquecer que

o homem é um ser social e tem por isso deveres para com a sociedade: de trabalho, de cooperação e de solidariedade. Seria, assim, uma educação acima das classes, que não se destinaria a servir a nenhum grupo particular, mas aos interesses do indivíduo e da sociedade em geral, que não devem ser conflitantes.

2. A educação deve ser um direito de todos, de acordo com suas necessidades, aptidões e aspirações, dentro do princípio democrático da igualdade de oportunidades para todos.
3. Por isso mesmo, deve caber ao Estado, como representante de todos os cidadãos, assegurar esse direito, tornando-se assim a educação uma função essencialmente pública.
4. Para assegurar esse direito democrático a escola deve ser única, obrigatória, pelo menos até um certo nível e limite de idade, gratuita, leiga, e funcionar em regime de igualdade para os dois sexos.
5. O Estado adotará uma política global e nacional, abrangendo todos os níveis e modalidades de educação e ensino.
6. Entretanto, na organização dos serviços e dos sistemas de educação e ensino será adotado o princípio da descentralização administrativa.
7. Os métodos e processos de ensino obedecerão às mais modernas conquistas das Ciências Sociais, da Psicologia e das técnicas pedagógicas. Os mesmos critérios serão adotados para a medida da aprendizagem e a apuração do rendimento dos sistemas escolares.
8. A educação e o ensino devem obedecer a planos definidos, constituindo *sistemas* em que os educandos possam ascender, através de uma escada educacional contínua, das escolas pré-primárias, às primárias,



secundárias e ao ensino superior, de acordo com sua capacidade, aptidões e aspirações, e nunca por suas diferenças em poder econômico.

9. Os professores, de todos os graus e modalidades de ensino, devem ser formados dentro de um espírito de unidade, constituindo-se num corpo profissional consciente de suas responsabilidades perante a Nação, os educandos e o povo em geral; para isso, devem receber remuneração condigna, para que possam manter a necessária eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis ao desempenho de sua missão.
10. E como definição final do espírito e do caráter do *Manifesto*, devemos citar as palavras com que se inicia e as que aparecem no fecho do documento. São as seguintes as primeiras afirmações do texto:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo o de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um País depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa, que, são os fatores fundamentais do acréscimo de riquezas de uma sociedade.

E são estas as palavras finais do *Manifesto*:

Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas conseqüências,

agravando-se na medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com consciência humana.

O *Manifesto*, conforme dissemos, apareceu na imprensa diária, não especializada, em março de 1932. Posteriormente, em junho desse mesmo ano, foi publicado um volume pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, precedido de uma introdução redigida por Fernando de Azevedo e seguida por algumas apreciações críticas de vários comentaristas e por um *Esboço de um Programa Educacional Extraído do Manifesto*, em dez itens. Mesmo com o risco de alongar demasiadamente o presente estudo, creio que é conveniente reproduzir aqui, como documentação e mais completa compreensão do verdadeiro caráter do documento, esse anexo, redigido por solicitação de grande número de interessados. Além disso, constituindo, atualmente, o referido volume obra rara, parece-me que será útil a inclusão aqui, na íntegra, desse *Esboço*.

Ei-lo:

A Nova Política Educacional Esboço de um Programa Extraído do Manifesto

1. Estabelecimento de um sistema completo de educação, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

- a) a educação é considerada, em todos os seus graus, como uma função social e um serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
- b) cabe aos Estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e



as normas gerais estabelecidos na Constituição e, em leis ordinárias pela União, a que competem a educação na capital do País, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenada e estimulada pelo Ministério da Educação;

- c) o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos e leiga, sendo a educação primária gratuita e obrigatória; o ensino deve tender gradativamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

2. Organização da escola secundária (de 6 anos) em tipo flexível, de nítida finalidade social, como escola para o povo, não proposta a preservar e a transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum, as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências), ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico).

3. Desenvolvimento da educação técnico-profissional de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessária variedade de tipos de escolas:

- a) de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas);
b) industriais e profissionais (elaboradores de matérias-primas);
c) de transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial.

4. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional para o estudo prático do problema da orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

5. Criação de universidades de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes

é essencial, de elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos:

- a) à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada;
b) à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino);
c) à formação de profissionais em todas as profissões de base científica;
d) à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária.

6. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) destinados à manutenção e desenvolvimento da educação, em todos os graus, e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

7. Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino, que cooperarão com o Estado na obra de educação e cultura, já como função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acordo com as normas básicas estabelecidas em leis ordinárias, já como campos de ensaios e experimentação pedagógica.

8. Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas maternas e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares:

- a) para a defesa da saúde dos escolares, como serviços médico e dentário escolares (com função preventiva, educativa ou formadora de hábitos sanitários e clínica, pelas clínicas escolares, colônias de férias e escolas para crianças débeis) e para a prática de educação física (praças de jogos para crianças, praças de esporte, piscinas e estádios);
b) para a criação de um meio escolar natural e social e o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social (como as caixas escolares, cooperativas escolares, etc.);
c) para articulação da escola com o meio social (círculos de pais e professores,



conselhos escolares) e intercâmbio interestadual e internacional de alunos e professores;

- d) para a intensificação e extensão da obra de educação e cultura (bibliotecas escolares, fixas ou circulantes, museus escolares, rádio e cinema educativo).

9. Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos, de tal maneira que todos esses serviços possam ser:

- a) executados com rapidez e eficiência, tendo em vista o máximo de resultado com o mínimo de despesa;
- b) estudados, analisados e medidos cientificamente, e, portanto, rigorosamente *controlados* nos seus resultados;
- c) constantemente estimulados e revistos, renovados e aperfeiçoados por um corpo técnico de analistas e investigadores pedagógicos e sociais, por meio de pesquisas, inquéritos, estatísticas e experiências.

10. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o jardim de infância à universidade, “em vista da seleção dos melhores”, e, portanto, o máximo desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais e supernormais (classes diferenciais e escolas especiais).

Conclusões

Do que ficou exposto, conclui-se facilmente que o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* pressupunha a existência de uma sociedade homogênea e democrática, regida pelo princípio fundamental da igualdade de oportunidade para todos.

Entretanto, esta não é, infelizmente, a realidade no tocante à sociedade brasileira, desde seus primórdios até os dias atuais.

Por isso mesmo é que as indicações contidas no *Manifesto*, para resolver o problema

educacional brasileiro, até hoje, não puderam ser levados à prática.

Mas, não somente os preceitos inscritos nele, como também todas as outras medidas de caráter democrático que têm sido propostas até hoje.

Assim aconteceu com as disposições do capítulo sobre educação e cultura adotadas pela Constituição de 16 de julho de 1934, que foi derogado com a implantação de nossa primeira experiência declarada de governo autoritário, o chamado “Estado Novo”, de 10 de novembro de 1937.

Também as memoráveis realizações de Anísio Teixeira, em sua administração no antigo Distrito Federal (1931-1935), na qual o grande educador procurou levar à prática os princípios inscritos no *Manifesto* e que deve ser considerado como o ponto mais alto a que atingiu, no Brasil, a procura de soluções para o nosso problema educacional. Como se sabe, a tentativa do nosso “estadista da educação” sossobrou golpeada pela reação que se desencadeou no País, após os levantes armados, dirigidos pela insensatez de alguns jovens militares, naqueles trágicos dias de novembro de 1935. Desse episódio dramático restou, para a história da educação brasileira, a carta, edificante e corajosa, com que Anísio Teixeira demitiu-se do cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal.

O “Estado Novo” (1937-1945) talvez tenha adotado uma orientação mais “realista” em matéria de educação, pois considerou o ensino profissional, para formação de mão-de-obra, como o dever básico do Estado; e, mais tarde, reformou o ensino de 2º grau, dividindo-o em compartimentos estanhos, cada um para atender, separadamente, às necessidades de formação de nossa juventude, de acordo com a divisão em classes realmente existente na sociedade brasileira (ensino secundário, normal, industrial, comercial e agrícola).

Depois, veio a hecatombe da Segunda Guerra Mundial e com a vitória das chamadas “potências democráticas”, em coalizão



com a União Soviética, sobre o nazi-facismo, tivemos aqui, como repercussão, a reconstitucionalização do País, e a promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946. Nela, reapareceriam, com algumas ampliações, os dispositivos sobre educação e ensino constantes da Constituição de 1934, e, além disso, dispunha, como novidade maior a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei complementar somente 15 anos mais tarde foi promulgada (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Porém, passados 10 anos, já no segundo regime autoritário de governo, instalado a 19 de abril de 1964, foi modificada, na parte relativa aos ensinos de 1º e 2º graus, pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. O ensino superior, universitário ou de 3º grau já tinha sido reformado, mediante a Lei nº 5.540 de 1968.

Mas, apesar de todas essas reformas, a insatisfação e as críticas veementes continuaram a ser dirigidas contra toda a nossa organização de educação e ensino, em todos os seus aspectos. E a expressão que mais se ouve, em todos os setores de nossa sociedade, é que a educação e o ensino estão mergulhados numa crise profunda e não se vislumbra meios nem modos de tirá-la dessa situação.

As pessoas interessadas nessas questões, e que são muitas, pois que se trata de problemas que dizem respeito, praticamente, a todo o povo brasileiro, perguntam-se perplexas: por que têm fracassado todas essas medidas democráticas ou democratizantes que têm sido propostas, ao longo de todos esses anos, para tentar resolver as deficiências desse setor básico da vida nacional?

Por que chegamos ao ano de 1982 com a revelação dessas cifras estarrecedoras, apuradas pela Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à educação e ao ensino?

Eis algumas dessas cifras:

Como uma cruel cartomante, o sistema de ensino já traçou o futuro das crianças

brasileiras – a maioria delas não tem futuro algum. De acordo com o exaustivo quadro sobre a educação no País, traçado pelo PNAD-82, conclui-se que, em cada grupo de 100 brasileiros, apenas 74 terão algum contato com a escola – 26 já devem ser descartados liminarmente e permanecerão analfabetos a vida inteira. Dos 74, um grosso contingente de 62 pessoas terá acesso somente ao 1º grau do ensino, onde se dá a formação básica, e ficarão por aí. Sobrarão não mais de 12, a quem se oferecerá o privilégio de cursar o 2º grau. E desses 12 apenas 4, solitários vencedores supremos no pelotão inicial de 100, terão acesso à Universidade.

E adiante:

Há no País, segundo o levantamento, 26 milhões de pessoas acima dos 7 anos que não sabem ler nem escrever – um número equivalente à soma das populações de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e que, proporcionalmente, ao todo, representa 26% da população, coloca o Brasil, em termos internacionais, numa taxa de analfabetismo idêntica à do Paraguai.

E em seguida:

Pior ainda, no entanto, é que, ao contrário do que transparecia em levantamentos anteriores, o número de analfabetos vem crescendo. Se de 1970 a 1976 o País registrou um progresso significativo ao fazer cair a taxa de analfabetismo de 34% para 25%, de 1976 a 1982 a taxa voltou a subir, situando-se nos atuais 26% (*Revista Veja*, n. 763, de 16/11/1983, p. 86-87).

Assim, passados exatamente 50 anos do lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932-1982), a situação em relação aos problemas básicos da educação e do ensino agravaram-se, chegando-se a esses deploráveis aspectos, revelados pela referida pesquisa oficial.

E, volta-se a perguntar: por que isso aconteceu, apesar dos inegáveis esforços de muitas autoridades e de grande número de educadores honestos, e ainda o indiscutível



e extraordinário desenvolvimento material do País nesse meio século?

É que essa situação decorre, fundamentalmente, do fato da estrutura da sociedade brasileira continuar a ser profundamente antidemocrática. E isto é facilmente comprovável em face dos dados oficiais sobre a concentração da renda no País, especialmente nos últimos anos, pelos quais se verifica que uma minoria de brasileiros vem se tornando cada vez mais rica, enquanto a maioria do povo empobreceu gradativamente. E comprova-se ainda mais pelos resultados da mesma pesquisa realizada pelo IBGE, e que são os seguintes:

O número de brasileiros com rendimentos mensais de até dois salários mínimos subiu de 28 milhões 36 mil para 32 milhões 62 mil, apresentando um crescimento de 24, entre 1980 a 1982. A pesquisa, baseada em levantamentos feitos entre outubro e dezembro de 1982, revela também que 10 milhões 86 mil e 492 brasileiros recebem mensalmente até meio salário mínimo. Outros 11 milhões 776 mil e 83 recebem entre meio e um salário mínimo, o que significa que um total de 21 milhões 625 mil 575 brasileiros vivem com até um salário mínimo. Na faixa compreendida entre um e dois salários mínimos estão 12 milhões 884 mil 388 pessoas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) –1982 mostra também que 4 milhões 945 mil 20 pessoas não apresentavam remuneração, embora trabalhassem períodos de 39 a 49 horas ou mais mensalmente. A maior parte dos não remunerados se encontram vinculados às atividades agrícolas, representando um total de 4 milhões 340 mil 825 pessoas.

A população residente no País está estimada em 122.507.125 e a população economicamente ativa em 49 milhões 884 mil 736 (pessoas ocupadas mais as desempregadas, ou seja, aquelas com 15 anos ou mais que continuam procurando emprego). A PNAD trabalha com o conceito de pessoas economicamente ativas, abrangendo as com 10 anos ou mais.

Segundo Jessé Montelo, presidente do IBGE, em 1982, a população economicamente ativa com 15 anos ou mais era de 46 milhões 928 mil e 800 pessoas.

– Somos um País pobre. A população é pobre mesmo – conceituou o presidente do IBGE, após apresentar os dados relativos à evolução dos rendimentos das diferentes faixas de renda entre 1970 e 1982.

E, para completar esse quadro sombrio, acrescente-se as seguintes informações colhidas ainda na mesma fonte:

O Brasil chegou ao fim de 1983 com uma dívida externa de 100 bilhões de dólares, com uma inflação de 212% e uma queda de produção, comandada pelo setor industrial, estimada em 5%, em relação a 1982. Números iguais a esses não foram vistos nem na famosa crise de 1929 que marcou o fim da República Velha (*Jornal do Brasil*, Retrospectiva 83, sábado, 31 de dezembro de 1983, p. 1).

E ainda mais:

O Brasil terminou 1983 com mais de 10 milhões de desocupados, o que significa 22% de desempregados e subocupados na população economicamente ativa de 45 milhões de pessoas. Um estudo do Instituto de Planejamento da Seplan garante que, se o Governo não criar programas emergenciais, o Brasil chegará a 1986 com, aproximadamente, 14,5 milhões de desocupados, sem contar com os chamados *desalentados*, aqueles que se acomodaram e nem procuram mais trabalho [...].

E adiante:

Não devemos esquecer que o estilo, a condução e os objetivos da política econômica no contexto atual têm provocado efeitos exatamente diversos daqueles que nos parecem socialmente mais justos, reclamam os técnicos, e alertam para os drásticos efeitos que o aumento do desemprego, consequência imediata dessa política, já está causando à população. Em primeiro lugar, a queda da qualidade de vida, sobretudo no setor de baixa renda.



Em segundo, o aumento excessivo da mortalidade infantil e das doenças transmissíveis, as quais o Governo terá que remediar com recursos tão elevados quanto os que utilizaria numa política de empregos. (*Jornal do Brasil*, domingo, 8/1/84, 1º cad., p. 15).

Daí, a grave crise social em que mergulhamos, com essas taxas inéditas de desemprego; aumento da pobreza, em geral; aumento da criminalidade juvenil e até infantil; aumento das taxas de mortalidade infantil, etc.

Toda essa terrível situação teria, evidentemente, de levar às drásticas repercussões, apontadas anteriormente, sobre o setor de educação e ensino.

E nesse ponto das considerações que venho alinhando, mais uma vez acode-me à memória aquela dramática advertência de Benito Juarez, a grande figura da revolução mexicana, que certo dia encontrei, por mero acaso, mas sintomaticamente, no n. 89, de maio/jun. de 1948, à página 28, da *Revista do Clube Militar do Rio de Janeiro*, e que dizia o seguinte:

Ainda que se multipliquem as escolas e os professores sejam bem pagos, sempre haverá escassez de alunos enquanto existir a causa que impede a assistência à escola... Essa causa... e a miséria geral... O homem que não pode dar alimento à família, vê a educação dos filhos como obstáculo à luta diária pela subsistência. Elimine-se a pobreza... e a educação seguirá em forma natural...

Tudo isso que vem acontecendo em nosso País, apesar de suas potencialidades em riquezas naturais e das qualidades excepcionais de seu povo é, sem dúvida, o resultado do desenvolvimento econômico

inteiramente distorcido que temos tido, desde a nossa constituição como Nação. Politicamente independentes, desde 1822 continuamos, entretanto, a ser extremamente dependentes dos recursos estrangeiros, em capitais e tecnologia, para a exploração de nossas riquezas, e, portanto, completamente vulneráveis à pressão dos interesses das nações do chamado mundo desenvolvido. E, além disso, o próprio desenvolvimento material que alcançamos vem beneficiando apenas uma minoria do povo brasileiro, com a exclusão da maioria dos benefícios desse inegável progresso material que conseguimos. Logramos assim um *falso desenvolvimento* ao mesmo tempo *dependente e excludente* da maioria dos brasileiros. E essa circunstância só poderia gerar a situação dramática em que nos encontramos nos dias de hoje.

Daí decorrem forçosamente as frustrações e as desilusões dos educadores que, em sua boa-fé, insistem em imaginar que *a educação e o ensino escolares* são os fatores fundamentais para modificar essa situação...

Ao contrário, porém, somente quando alcançarmos um regime verdadeiramente democrático é que se criarão as condições para que possa florescer uma educação democrática, na qual prevaleça o preceito fundamental da democracia que é a *igualdade de oportunidades para todos*.

Assim, o problema fundamental do Brasil é a democratização de sua sociedade para que possa haver a participação eqüitativa do povo brasileiro nos resultados do trabalho de todos. E somente assim será possível realizar os ideais dos educadores que, certo dia, lançaram *Ao Povo e ao Governo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, para a *Reconstrução Educacional no Brasil*.